

Inclusão:

deficiência mental ou intelectual e o uso dos jogos

Vilma Rodrigues Gomes da Silva

Edwaldo Costa

Como citar: SILVA, V. R. G. da; COSTA, E. Inclusão: deficiência mental ou intelectual e o uso dos jogos. *In:* FONSECA-JANES, C. R. X.; BRITO, M. C.; JANES, R. (org.). **A construção da educação inclusiva:** enfoque multidisciplinar. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.47-68
DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-311-3.p.47-68>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 3

Inclusão: Deficiência Mental ou Intelectual e o Uso dos Jogos

*Vilma Rodrigues Gomes da Silva
Edwaldo Costa*

INTRODUÇÃO

Incluir pessoas com deficiência na sociedade não é uma tarefa fácil. A luta persiste há anos. Muitos não enxergam que a deficiência pode ser qualquer dificuldade que uma pessoa encontra em seu dia-a-dia, ao realizar algumas tarefas corriqueiras. A pessoa com deficiência pode ter nascido com ela ou tê-la adquirido através de doenças, acidentes, problemas genéticos etc.

Este artigo direcionou sua pesquisa a alunos com deficiência mental ou intelectual, que são pessoas com funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade dos indivíduos em responder adequadamente às demandas das sociedades, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados

especiais, desempenho na família e comunidade, independentemente na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho (BRASIL, 1994 apud ROSA; VITORINO, 2005, p. 10).

Buscou-se também analisar algumas formas pedagógicas trabalhadas em sala de aula com alunos com deficiência mental ou intelectual.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo apresenta o papel da educação na formação humana. Já, no terceiro, estuda-se a questão da inclusão dentro do âmbito escolar. Os conceitos sobre deficiência intelectual e o uso dos jogos são abordados no quarto e quinto capítulos, encerrando-se com as considerações finais.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO

Para Brandão (2003), não há uma única forma e modelo de educação. Não é só na escola que acontece a instrução, pois a educação ocorre de várias maneiras, conforme cada povo, sociedade, região, país, enfim, da maneira de cada cultura:

[...] a educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. (BRANDÃO, 2003, p. 10).

A educação, muitas vezes, gera a desigualdade entre os homens, proporcionando uma grande classe de excluídos.

A ESCOLA E SEU PAPEL SOCIAL

A escola é um local em que se pode transmitir e apropriar-se dos instrumentos conceituais necessários para a compreensão da realidade. Como instituição social, a escola é parte de um sistema mais amplo e

complexo – a sociedade – do qual depende e recebe influência, ao mesmo tempo e na mesma medida em que a ele serve e influencia.

Pensando no papel da educação na formação humana, buscou-se novamente Brandão (2003, p.10), autor brasileiro que muito contribuiu para as análises sobre o papel da educação.

A escola está efetivamente realizando sua função social, proporcionando de forma democrática o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos? Como veem essa instituição as crianças, os adolescentes e os jovens? Estará ela defasada face ao avanço tecnológico da “sociedade do conhecimento” em que se vive? A sociedade poderia viver bem sem essa instituição – a escola? Como pode essa instituição social reafirmar seu papel, na atual conjuntura?

A educação mostra os tipos de homens e ajuda a criá-los, transmitindo o saber e participando do processo de produção de crenças e ideias que envolvem as trocas de bens e poderes que, em conjunto, constroem os diferentes tipos de sociedade que se conhece. Nessa direção e especificamente sobre o papel do educador, Brandão (2003, p. 12) afirma:

[...] pensando às vezes que age por si próprio, livre e em nome de todos, o educador imagina que serve ao saber e a quem ensina, mas na verdade, ele pode estar servindo a quem o constitui professor, a fim de usá-lo, e ao seu trabalho, para os usos escusos que ocultam também na educação nas suas agências, suas práticas e nas idéias que ele professa interesses políticos impostos sobre ela e, através de seu exercício, a sociedade que habita. E esta é sua fraqueza.

A educação existe entre as pessoas que estão dentro ou fora de um espaço escolar formal e na ideologia presente nos vários grupos sociais e, em geral, espera-se que a sua missão seja transformar as pessoas, a sociedade, em algo melhor. Mas, na prática, essa mesma educação que ensina pode muitas vezes deseducar, correndo o risco de fazer o contrário do que se pensa que faz, tornando, assim, os homens “inúteis” à sociedade globalizada.

Segundo Piaget (2000), um psicólogo que se preocupou com o desenvolvimento humano, entende-se que falar de um direito à educação é, pois, em primeiro lugar, reconhecer os aspectos indispensáveis dos fatores sociais na própria formação do indivíduo, ou seja, levar em conta

os processos de desenvolvimento de cada ser, desde o seu nascimento. É claro que a família contribui para estabelecer relações como a linguagem e moral, porém, quando se fala de direito à educação, entende-se que toda criança deve receber contribuições educacionais para que ela obtenha uma formação mais completa.

A educação é, por conseguinte, não apenas uma formação, mas uma condição formadora necessária ao próprio desenvolvimento natural. Proclamar que toda pessoa tem direito à educação não é unicamente sugerir, tal como supõe a psicologia individualista tributária ao senso comum, que todo indivíduo garantido por sua natureza psicológica, ao atingir um nível de desenvolvimento já elevado, possui, além disso, o direito de receber da sociedade as tradições culturais e maiores, ou seja, pelo contrário e muito mais profundamente, é afirmar que o indivíduo não poderia adquirir suas estruturas mentais mais essenciais sem uma contribuição exterior. Exigir um certo meio social ou educativo constitui uma condição de desenvolvimento (PIAGET, 2000).

A QUESTÃO DA INCLUSÃO

O aumento da exclusão é um reforço das desigualdades, estimulando a exploração sobre os excluídos.

A exclusão em compensação, não implica relação, mas sim divórcio. A tomada de consciência da exclusão não gera uma reação organizada de mobilização. Na exclusão não há um grupo contestador, nem objeto preciso de reivindicação, nem instrumentos concretos para impô-la. Como resumiu recentemente um analista desses fenômenos, enquanto a exploração é um conflito, a exclusão é uma ruptura. (SAWAIA, 2002 p. 35).

De acordo com Sawaia (2002), a escola é que deveria contribuir para acabar com a exclusão, mas, na maioria das vezes, ela própria realiza a exclusão de seus alunos, descartando a possibilidade de formar um cidadão crítico através de sua autonomia adquirida e transformar sua realidade social.

O tema escola/exclusão não é dos mais simples, quando se evitam facilidades como a de se restringir à indignação moral ou à longa

descrição das dificuldades encontradas pelos alunos excluídos da escola ou originários de meios já “excluídos”. O tema, de fato, remete a toda uma série de problemas que é importante distinguir, caso se queira ver a questão de um modo um pouco mais claro e não ceder à moda que busca explicar a exclusão por meio de ideias mais consolidadas sobre a desigualdade das oportunidades escolares.

Numa escola de massa cada vez mais complexa e cada vez menos legível, esse mecanismo de tratamento e de aprofundamento de distância é reforçado por todos os processos implícitos que organizam o “mercado” escolar. As desigualdades formais, cujo jogo é explícito, somam-se aos efeitos das decisões tomadas ao redor do jogo. No final das contas, os alunos mais favorecidos socialmente, que dispõem de maiores recursos para o sucesso, são também privilegiados por um conjunto de mecanismos sutis, próprio do funcionamento da sociedade/escola, que privilegia os mais beneficiados e que deveria ser ao contrário, conforme Sawaia (2002).

Entretanto, a exclusão é o indicador de uma transformação da escola que ultrapassa amplamente os casos agudos de exclusão. A exclusão ensina que as relações da escola e da sociedade se transformaram e que a escola perdeu sua “inocência”. Ela própria é o agente de uma exclusão específica, que transforma a experiência dos alunos e abre uma crise de sentido nos estudos, às vezes, até da legitimidade da instituição escolar.

No entanto, a educação, que deveria ser direito de todos com acesso, permanência e qualidade para uma possível transformação, está cada vez mais permitindo que as pessoas tenham acesso a ela, mas, ao mesmo tempo, excluindo cada cidadão que por ela passa e que vai contra suas mesmices, porque, quando um aluno destrói o patrimônio escolar e fica inquieto na sala de aula, é porque a educação não está contribuindo de certa forma para o seu pleno desenvolvimento, fazendo com que a maioria da população, formada pelas pessoas menos favorecidas, permaneça como está, dominada e oprimida.

Piaget (2000) afirma que o direito da pessoa humana à educação é, pois, assumir uma responsabilidade muito mais pesada que a de assegurar a cada um a possibilidade da leitura, da escrita e do cálculo: significa, a rigor, garantir para toda criança o pleno desenvolvimento de suas funções

mentais e a aquisição dos conhecimentos, bem como dos valores morais que correspondam ao exercício dessas funções.

Tendo por princípio que a educação é um direito de todos e que apenas o ensino fundamental é obrigatório, ainda assim adolescentes em idade escolar são vistos fora da escola, às vezes por falta de vaga, devido ao número insuficiente de professores, ou mesmo, como se pode ver na maioria das vezes, porque jovens e crianças precisam trabalhar para garantir o sustento da família. Enfim, se toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem, igualmente “por prioridade”, o direito de serem também educados. Ou, ao menos, informados no tocante à melhor educação a ser proporcionada aos seus filhos.

Nesse sentido, Piaget (2000, p. 50) defende uma boa relação entre a escola e a família, já que:

[...] ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão das responsabilidades: em alguns países, conselhos de pais e de mestres reunidos constituem os verdadeiros inspiradores da pedagogia nova e realizam dessa forma a síntese desejada entre a família e a escola.

ESCOLA INCLUSIVA E EXCLUSIVA

Construir uma escola inclusiva é quebrar o velho paradigma e construir novos paradigmas que priorizem uma escola para todos, que garanta a igualdade de oportunidade, independentemente das características individuais, indo ao encontro da diversidade existente em um país multicultural como o Brasil, mostrando uma nova forma de ver o papel da escola e o conceito de deficiência.

Tudo isso começou a ser bastante discutido após a realização de dois eventos institucionais que resultaram nos seguintes documentos: a Declaração de Jomtien, em 1990, na Tailândia, e a Declaração de Salamanca, em 1994, na Espanha. Com isso, começou-se a refletir e a se questionar as mudanças educacionais que devem ser adotadas, e o cumprimento da proposta do ensino inclusivo. O Brasil optou pela construção de um sistema educacional inclusivo, ao concordar com esses documentos.

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e é um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos, no ensino regular, nada mais é do que garantir o direito de todos à educação – é assim que diz a Constituição (MANTOAN, 1998).

A educação inclusiva propõe a matrícula de todas as crianças na rede regular de ensino e, com isso, faz com que essas instituições tenham o dever de promover um ensino de qualidade, fomentando assim uma pedagogia na qual a criança é o centro. O objetivo é que todos sejam educados, inclusive os alunos com necessidades educacionais especiais.

O que sustenta a luta pela inclusão é a prioridade na qualidade de ensino e nas escolas públicas e privadas. Elas precisam estar aptas a responder às necessidades de cada um, de acordo com suas deficiências, para que não haja exclusão, isto é, caindo nas teias da educação especial e sua modalidade de exclusão.

Sawaia (2002) salienta que a sociedade exclui para incluir, e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão.

Assim, Sawaia (2002, p. 12) ressalta que:

[...] a exclusão é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida com algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema. [...] Ser otimista é acreditar na potencialidade do sujeito de lutar contra esta condição social e humana, sem desconsiderar a determinação social. A utopia e a crença no sujeito da ação e na possibilidade de uma ordem social sem exclusão não remete a uma visão de happy end ou ao paradigma da redenção. Todos os estudos reforçam a tese de que o excluído não está à margem da sociedade, mas repõe e sustenta a ordem social, ao contrário, orienta a reflexão sobre a mesma, mas não como sinônimo de uniformidade e monolitismo, mas como integração da diversidade, portanto, uma ordem social não cristalizada e em constante configuração e conexão entre pessoas diferentes, entre o eu e a alteridade.

Um desses sistemas, que muito apropriadamente se denomina “de cascata”, prevê a exclusão de algumas crianças, que têm déficits temporários ou permanentes e em função dos quais apresentam dificuldades de aprendizagem. Esse sistema contrapõe-se à melhoria do ensino nas escolas, pois mantém ativo o ensino especial, que atende aos alunos que caíram na cascata, por não conseguirem corresponder às exigências e expectativas da escola regular. Para se evitar a queda na cascata, na maioria das vezes sem volta, é preciso remar contra a correnteza, quer dizer, enfrentar os desafios da inclusão: o ensino de baixa qualidade e o subsistema de ensino especial, desvinculado e justaposto ao ensino regular (MANTOAN, 1998).

Dessa forma, a qualidade de ensino regular tem que ser prioridade admitida por todos os profissionais da educação, como compromisso de todos.

Enfaticamente, Mantoan (1998, p. 87) sublinha:

O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, não tem uma identidade fixa, permanente, essencial. Esse aluno engloba um conjunto diversificado de identidades, diante de um eu que não é sempre o mesmo, seguro e coerente, mas um eu cambiante, com cada um dos quais podemos nos confrontar e nos identificar temporariamente. Assim, como uma palavra não coincide com a mesma coisa que representa ou com o seu conceito, o sujeito não se confunde com a sua identidade.

Nas escolas abertas à diversidade, os alunos são respeitados e reconhecidos nas suas diferenças.

Acrescenta Mantoan (1998, p. 78):

Caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui, não categoriza os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial. As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os alunos estudam juntos, em salas de aula de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos.

Dizer que a exclusão se apoia na lógica da classe não significa que classificar seja algo errado. Classificar é necessário e, por isso, bom. Todos necessitam classificar: a classificação é uma fonte de conhecimento. Pela classificação pode-se separar, por exemplo, as frutas maduras das que ainda estão verdes, pode-se formar agrupamentos segundo um certo critério. Sem a classificação, é difícil aprender ou conhecer. O problema, então, não reside em agrupar as coisas por classe, mas no uso político, nas visões educacionais decorrentes de um raciocínio de classe, que cria preconceitos, separa, aliena (MACEDO, 2004).

Para o autor, o problema da classe consiste em estruturar as coisas numa relação de dependência, ou seja, depende-se do critério para estar dentro ou fora. É o critério, como forma, que autoriza a exclusão ou a inclusão na classe, assim como é o referente. Portanto, depende-se de atender, ou não, ao critério para pertencer, ou não, a uma classe.

O PROFESSOR E A INCLUSÃO

É urgente que se coloque a aprendizagem como o eixo das escolas, porque escola surgiu para fazer com que todos os alunos aprendam: garantindo tempo para que todos possam aprender e reprovando a repetência, abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, visto que são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é o responsável pela tarefa fundamental da escola – a aprendizagem dos alunos; elaborando planos de cargos e aumentando salários, realizando concursos públicos de ingresso, acesso e remoção de professores.

O autor indica que há um discurso simpático, politizado e bem intencionado, favorável à relação. Em tese, todos são favoráveis ao raciocínio da relação, mas deveria ser feita uma análise dos riscos de uma relação perversa que, nesse sentido, pode repetir o que já se conhece sob o nome de classe ou exclusão. O que é relação? (MACEDO, 2004).

Os professores, como qualquer ser humano, tendem a adaptar uma situação nova às anteriores. E o que é habitual, no caso dos cursos

de formação inicial e na educação continuada, é a separação entre teoria e prática. Essa visão dicotômica do ensino dificulta a atuação dos professores como formadores. Os professores reagem inicialmente à metodologia, porque estão habituados a aprender de maneira incompleta, fragmentada e essencialmente instrucional. Eles esperam aprender uma prática inclusiva, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pré-definidos às suas salas de aulas, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas inclusivas.

Educação inclusiva é uma educação democrática, comunitária, a qual supõe que o professor saia da sua solidão, arrogância, falso domínio e tenha a coragem de dizer “Não sei, tenho medo, nojo, vergonha, pena, não respeito, quero aprender ou rever minhas estratégias pedagógicas, pois não consigo ensinar para certos tipos de criança, não sei controlar o tempo, não sei ajudar” – não no sentido da codependência, mas no sentido da interdependência, – “não sei respeitar meu aluno”. Todas essas revisões são difíceis, mas esse é o caminho, esses são os novos desafios (MACEDO, 2004).

Se, de um lado, é preciso continuar investindo maciçamente na direção da formação de profissionais qualificados, não se pode descuidar da realização dessa formação e estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, assim como reagem às novidades, aos novos possíveis caminhos educacionais.

Segundo Mantoan (1998), nesse contexto, o professor é uma referência para o aluno e não apenas um mero instrutor, acentuando-se a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do futuro cidadão. Em decorrência, a formação continuada vai além dos aspectos instrumentais de ensino. Entende-se que os professores, como os seus alunos, não aprendem no vazio. O fato de os professores fundamentarem suas práticas e argumentos pedagógicos no senso comum dificulta a explicitação dos problemas de aprendizagem. Essa dificuldade pode mudar o rumo da trajetória escolar de alunos que, muitas vezes, são encaminhados indevidamente para as modalidades do ensino especial e outras opções segregativas de atendimento educacional.

A escola, para a maioria das crianças brasileiras, é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural. Melhorar as condições da escola é formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não se pode contradizer, nem mesmo contemporizar soluções, ainda que o preço que se tenha de pagar seja bem alto, já que nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão. Na verdade, crianças convivendo e aprendendo a valorizar a diversidade nas suas salas de aula serão adultos bem diferentes dos professores que têm de se empenhar tanto para defender o indefensável.

A inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo, na instituição brasileira. A inclusão é reveladora dessa distância que precisa ser preenchida com as ações que foram relacionadas anteriormente. Desse modo, o futuro da escola inclusiva está dependendo de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola para se adequar aos novos tempos.

DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELECTUAL

Hoje em dia, os alunos com deficiência mental ou intelectual estão incluídos na rede regular de ensino. Esses alunos apresentam um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade dos indivíduos em responder adequadamente às demandas das sociedades, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho (BRASIL 1994, p. 15 apud ROSA; VITORINO, 2005, p. 10).

Na deficiência mental ou intelectual, observa-se limitação da capacidade de aprendizagem do indivíduo e de suas habilidades, realidades relativas à vida diária. Há um déficit de inteligência conceitual, prática e social.

Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de educação especial (1995, p. 19 apud ROSA; VITORINO, 2005) são as seguintes:

- Inteligência prática – refere-se à habilidade de se manter e de se sustentar como uma pessoa independente nas atividades ordinárias da vida diária, incluindo capacidades como habilidades sensório-motoras de autocuidado e segurança de desempenho, na comunidade e na vida acadêmica, de trabalho e de lazer, autonomia;
- Inteligência social – refere-se à habilidade para compreender as expectativas sociais e o comportamento de outras pessoas, e ao comportamento adequado em situações sociais;
- Inteligência conceitual – refere-se às capacidades fundamentais da inteligência, envolvendo suas dimensões abstratas.

A BUSCA PELO ENSINO DE QUALIDADE

A qualidade de ensino regular tem que ser prioridade admitida por todos os profissionais da educação, como um compromisso de todos.

[...] o meio mais efetivo para combater as atitudes discriminativas, criando grupos de boas visões, construindo uma sociedade inclusiva e proporcionando educação para todos; além disso, proporcionam uma educação eficiente para a maioria das crianças e melhoram a eficácia e, em último caso, a relação custo – benefício de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p. 9).

A deficiência mental ou intelectual, na escola inclusiva, engendra um desafio peculiar, na medida em que se questionam os próprios limites dessa instituição e suas possibilidades de transformação. Esta, por sua vez, exige a implementação de novas e diferentes formas de trabalho, que se aplicam ao conjunto dos alunos envolvidos no processo, beneficiando-os.

Do ponto de vista pedagógico, a construção desse modelo implica transformar a escola, no que diz respeito ao currículo, à avaliação e, principalmente, às atitudes (MANTOAN, 1998).

Não se pode continuar segregando essas crianças em escolas especiais que oferecem um ensino pouco estimulante. Quem enfrenta o desafio garante: quando a escola muda de verdade, melhora muito, pois passa a colher melhor todos os estudantes (até os considerados “normais”).

O controle da estimulação proporcionada ao aluno, segundo Souza e De Rose (2002, p. 285-286), enquanto condição para ensino, deve garantir oportunidade de participação ativa, de exploração dos materiais e das alternativas disponíveis. É importante atentar para o uso do tempo pelo professor, em aula expositiva, porque dá margem ao envolvimento do aluno em outras ações, geralmente incompatíveis com a aula. Os autores indicam a relevância de realizar monitoramento contínuo do desempenho do aluno: propiciar consequências imediatas e diferenciais para as diferentes respostas (oriundas da própria atividade ou da interação social com o professor ou com os colegas).

É interessante que o educador gerencie situações dinâmicas e estimulantes, que propiciem condições para que ele possa ir além dos conteúdos já aprendidos, como, por exemplo, o uso dos jogos com esse aluno na educação inclusiva, promovendo assim uma experiência educacional e também uma nova chance para o aluno aprender de uma maneira lúdica e prazerosa.

A APRENDIZAGEM E O JOGO

Antunes (1998, p. 36) destaca que não existe o ensino sem que ocorra a aprendizagem, e que esta não acontece senão pela transformação, pela ação facilitadora do professor, no processo de busca pelo conhecimento, que deve sempre partir do aluno.

A ideia desse ensino despertado pelo aluno acabou transformando o que se entendia por material pedagógico, e cada estudante, independentemente da idade, cor etc., passou a ser um desafio à competência do professor. O interesse do aluno passou a ser a força que comanda o processo de ensino e aprendizagem, suas experiências e descobertas, o que rege seu progresso, e o professor, um criador de situações estimuladoras e eficazes. É nesse contexto que o jogo ganha um espaço como ferramenta ideal para aprendizagem e ajuda a construir novas descobertas, desenvolve

e enriquece a personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva o professor à condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem.

Ainda segundo Antunes (1998), os jogos pedagógicos, como instrumentos de uma aprendizagem significativa, precisam ser cuidadosamente planejados. O importante não é a quantidade de jogos oferecidos para os alunos, mas a qualidade dos jogos que foram pesquisados e planejados para a utilização com eles.

O uso dos jogos promove o aprendizado, levando-se em conta que o planejamento seja adequado, refletindo sobre os objetivos que se quer alcançar, como a clientela, o tempo, as alterações que terão que ser feitas, de sorte a replanejar, sempre que se achar necessário, procurando alcançar êxito nas atividades propostas.

DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELLECTUAL E A UTILIZAÇÃO DOS JOGOS NA PRÁTICA

De acordo com Chinália (2005), é indiscutível a utilidade e a representação dos jogos e brincadeiras no processo de desenvolvimento da criança, além de significarem novas aquisições culturais, sociais, linguísticas e emocionais, durante a vida de uma pessoa. E, especificamente, para a educação de pessoa com deficiência, inclusive a mental ou intelectual, os jogos e brincadeiras podem assumir um papel extremamente valioso, no que tange ao seu desenvolvimento.

A escola inclusiva, trabalhando a diversidade, deve enxergar a pessoa com deficiência mental ou intelectual, assim como toda e qualquer criança que ingressa na escola, a partir de suas possibilidades e não ressaltando suas diferenças. Nesse sentido, é necessário realizar atividades que exigem criatividade, imaginação, abstração, dentre outras capacidades específicas do ser humano, podendo ser desenvolvidas como estratégias de ensino.

De fato, os jogos e brincadeiras se constituem como recursos didáticos, podendo conduzir os alunos com deficiência mental ou intelectual à autonomia e independência. O concreto, nesse cenário, é um meio para se chegar a um fim, e não única estratégia viável, dentro do contexto escolar (CHINÁLIA, 2005).

Não se pretende, com esta pesquisa, estabelecer nenhuma proposta ou métodos ou currículos, tendo em vista que estes já existem em demasia: trata-se apenas de um convite dos pesquisadores para que se tenha um novo olhar sobre a inclusão e o uso dos jogos. Foram divididos alguns momentos dos alunos com deficiência mental ou intelectual, com síndrome de Down e autistas, desenvolvendo suas atividades de uma maneira lúdica e prazerosa, utilizando alguns jogos que foram devidamente planejados para atingir seus objetivos.

ATIVIDADES

A utilização de jogos é um recurso pedagógico que despertará o interesse e a motivação, envolvendo o aluno significativamente e, em consequência, efetivando a aprendizagem nessa área tão importante do conhecimento. Abaixo, seguem jogos que vêm sendo trabalhados em sala de aula.

TAPA TOTAL

O tapa total é um jogo realizado por etapas. A primeira etapa é formar grupos de quatro alunos, no máximo. Eles podem participar inclusive da confecção das mãozinhas e das fichas. A segunda é separar as fichas aditivas em um saquinho. A terceira é organizar as fichas quadradas no centro da mesa. Na quarta etapa, o participante fica encarregado de tirar do saco as escritas aditivas e fazer a leitura em voz alta. Na quinta, o jogador que souber o resultado da escrita aditiva “cantada” dará um tapa com a mãozinha de papel sobre a ficha que tem esse total. Na sexta, cada tapa com a mãozinha de papel no resultado correto dará pontos ao seu jogador (a quantidade de pontos será combinada entre os participantes).

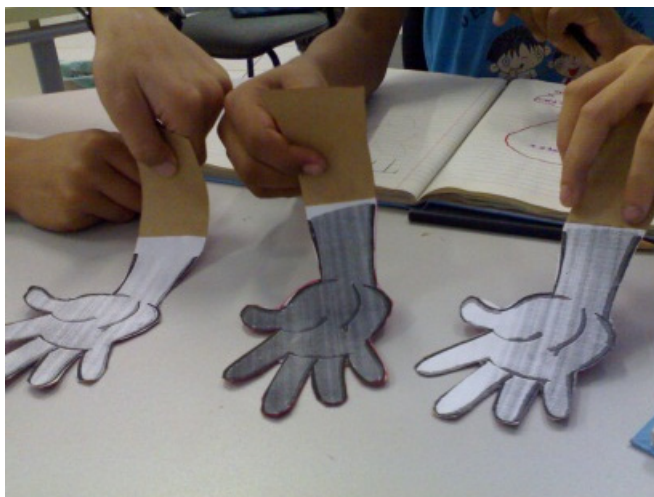


Figura 1 – Alunos se preparando para jogar Fonte: Foto da autora.

Como mostra a figura acima, os alunos, antes de começar o jogo, escolhem as mãozinhas com que irão jogar e se preparam para ouvir um dos participantes do grupo fazer a leitura da soma.

Já a figura abaixo apresenta o jogo em andamento, em que o aluno pode utilizar qualquer meio para chegar aos resultados: caderno, dedos, mentalmente – e quem der o tapa primeiro é quem faz pontos.



Figura 2 – Alunos em busca do resultado correto
Fonte: Foto da autora.

No final do jogo, os participantes somarão os resultados e assim conhecerão o ganhador. Entre os objetivos, estão desenvolver o raciocínio lógico, atenção, rapidez, e ensinar a matemática de uma maneira lúdica e divertida.

CAIXA MALUCA

Com esse jogo, é possível proporcionar situações em que o aluno coloca a mão dentro da caixa e retira uma peça. Depois, retorna para procurar o par ou identificar o objeto e, através do toque, classificá-lo e nomeá-lo. Logo após a retirada desses objetos, confere se a classificação e a nomeação feitas por dedução estavam corretas.



Figura 3 – Aluna procurando o segundo cavalinho
Fonte: Foto da autora.

Na figura acima, uma criança com deficiência intelectual pega pares de animais dentro da caixa. A figura abaixo mostra que ela formou o par de cavalinhos.

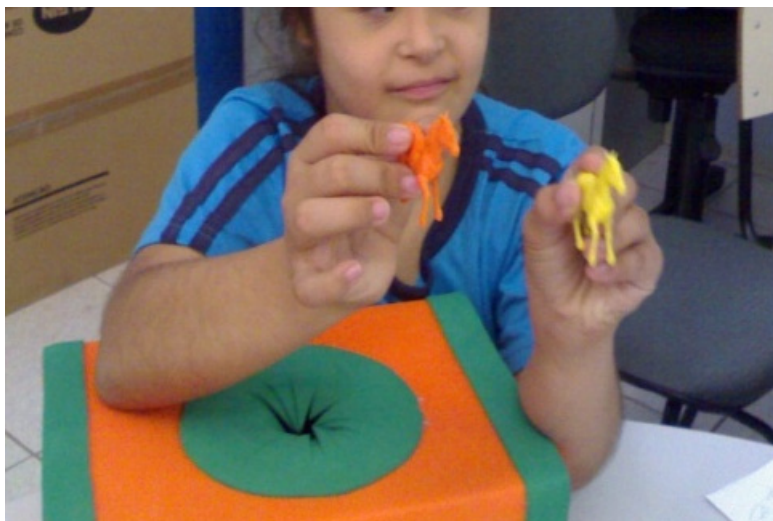


Figura 4 – Aluna que conseguiu formar o par de cavalinhos
Fonte: Foto da autora.

É importante educadores escolherem esse tipo de jogo, porque ele desperta o interesse do aluno e promove o aprendizado.

ATIVIDADES LÚDICAS

Através do brincar, a criança se desenvolve. Quando ela brinca, ela experimenta, descobre, aprende e percebe suas habilidades. A brincadeira estimula a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia. Também desenvolve a linguagem, o pensamento, a compreensão e a atenção. Focalizam-se, a seguir, algumas atividades lúdicas que podem ser trabalhadas na escola.

JOGO DAS ARGOLAS E DOS PINOS (CIRCUITO DE JOGOS)

Essas atividades foram realizadas em forma de revezamento entre os dois jogos, pelo fato de a aluna ser autista e se prender a uma atividade por poucos minutos. A criança tinha que tentar colocar as argolas em cima do pino e, de preferência, usando uma argola da mesma cor do pino.



Figura 5 – Aluna tentando acertar as argolas nos pinos
Fonte: Foto da autora.

Já com os pinos, ela deve bater com o martelinho até que todos os pinos sumam através dos buracos.

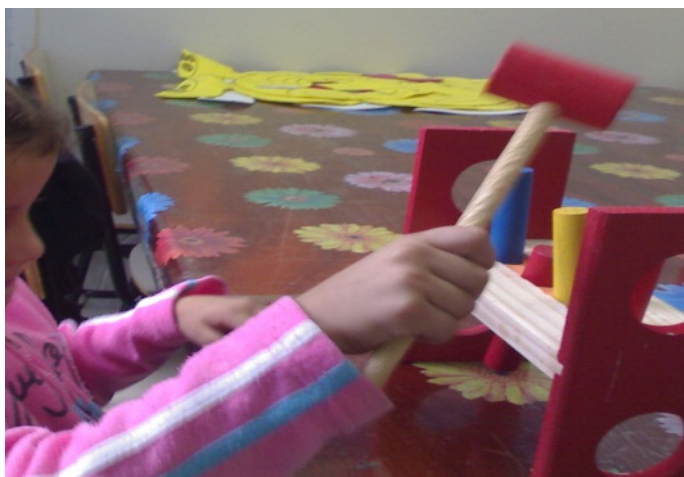


Figura 6 – Aluna batendo nos pinos com martelinho
Fonte: Foto da autora.

Trabalhando com esse jogo, é possível desenvolver a coordenação motora, a atenção, a percepção visual, além de possibilitar conhecer as cores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que se tenha uma escola inclusiva, é necessária a criação de condições que proporcionem aos professores uma formação capaz de produzir mudanças em sua prática pedagógica. Sem essa conscientização, sem o preparo técnico necessário e sem suporte teórico adequado, o professor tem-se tornado presa fácil de métodos ultrapassados, o que pode levá-lo a assumir com os alunos com necessidades especiais uma postura assistencialista, que, em vez de servir de apoio para o seu desenvolvimento, acaba por isolá-los cada vez mais do contexto.

O tema é de grande relevância e vem ao encontro de muitas dúvidas que os professores vivenciam, no dia-a-dia. A opção por uma escola única, com qualidade para todos e princípios éticos e inclusivos, tem na cooperação e na solidariedade instrumentos imprescindíveis para o desenvolvimento de todos os alunos. A educação inclusiva ocorrerá com uma radical retomada de rumos e objetivos da escola, prevendo-se para isso mudança do sistema existente e se repensando inteiramente o currículo. Pensar em um ensino que motive o aluno está sendo um grande desafio à competência do professor, em que o interesse passa a ser o que conduz o processo da aprendizagem, seus conhecimentos, descobertas e habilidades, o que leva a seu progresso, e o professor passa a ser um mediador e causador de momentos estimuladores e dinâmicos. O uso do jogo entra como ferramenta ideal de aprendizagem, principalmente para o aluno com deficiência intelectual. É de fundamental importância que os professores conheçam as condições em que se dá a aprendizagem dos alunos, através dos jogos, eliminando também as barreiras que impedem a aquisição de novos saberes e competências, e de uma maneira lúdica e prazerosa. Desse modo, para que as escolas se tornem o ideal da aprendizagem, da integração de todos ou da não inclusão de alguns se torne realidade, deve-se quebrar paradigmas, trabalhar todo o contexto do processo educativo. E esperar que, no decorrer dos anos, a inclusão se torne um sucesso.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. *Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CÁSSIA, J. L. R. *Ação pedagógica para a inclusão da pessoa com deficiência mental no sistema regular de ensino*. Jaboticabal, SP: UNESP/ Núcleo de Ensino a Distância (NEAD), 2005.
- CÁSSIA, J. L. R. COTORELLO, S. V. *Deficiência mental: implicações para prática inclusiva*. Jaboticabal, SP: UNESP/ Núcleo de Ensino a Distância (NEAD), 2005.
- CHINALIA, F. *A turminha da escola para todos*. Jaboticabal: Gráfica Multipress, 2005. 23p.
- ENGUITA, M. F. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1987.
- MACEDO, L. *Fundamentos para uma educação inclusiva*. 2004. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/art_fundamentos_para_educacao_inclusiva.asp>. Acesso em: 10 set. 2010.
- MANTOAN, M. T. E. *Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais*. São Paulo: Scipione, 1998.
- PAIVA, V. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1993.
- PATTO, M. H. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- PIAGET, J. *Para onde vai a educação?* Tradução Ivete Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- SAWAIA, B. et al. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TEDESCO, J. C. *O novo pacto educativo*. São Paulo: Ática, 2002.
- UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

